

ISRAEL PINHEIRO



POLÍTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA DO BRASIL

*Relatório apresentado ao Plenário
da Câmara dos Deputados na
Sessão de 25 de junho de 1956,
sobre a situação econômica e fi-
nanceira do país.*

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO D. A. S. P.

1957

137 DASP

338.2+336.2(81)

P654p

ex 2

ÍNDICE

	Pág.
Apresentação	3
Política Econômica	9
Medidas Econômicas	32
Situação Financeira	36
Orçamento de 1956	37
Papel-Moeda em Circulação	41
Dívida Pública	42
Proposta Orçamentária	42
Inversões Públicas	44
Ação Fazendária	49
Balança Comercial	51
Panorama Geral	51
Variação da Balança Comercial	54
Saldo dos Ágios	55
Amplitude do Comércio Exterior	56
Intercâmbio Comercial	56
Café, Algodão, Cacau	57
Gêneros Alimentícios	59
Trigo	60
Compromissos Cambiais	60
Política Cambial	61
Lei Disciplinadora do Orçamento	62

APRESENTAÇÃO

Ao apresentarmos, na esfera administrativa, este Relatório do ilustre Deputado Israel Pinheiro, o nosso principal escopo consiste em facilitar, aos órgãos técnicos e comissões de orçamento e finanças do Executivo, o contato com as idéias calorosamente debatidas, na Câmara dos Deputados, sobre os problemas econômicos mais profundos que se encontram em pauta de solução pelo governo do egrégio Presidente Juscelino Kubitschek.

O modo claro e objetivo como se expressa o relator do presente trabalho, a sua autoridade reconhecida confere-lhe a maior importância e significação, quando não fôra pela política adotada, ao menos pela sinceridade de propósitos e pela coragem e simplicidade com que enfrenta os mais sérios problemas orçamentários e financeiros do país.

Vale assim o Relatório Israel Pinheiro como oportuna e notável contribuição ao esforço de quantos ante si tenham a dura tarefa de encontrar o equilíbrio e o justo índice anual de participação do Estado na vida econômica nacional.

Esperamos ainda que a nossa iniciativa ajude a contribuir para maior comunicação e contatos entre as duas esferas — Legislativo e Executivo — no exame e planejamento das necessárias soluções que visem à cautelosa defesa do interesse público.

Agradecemos ao Deputado Israel Pinheiro a alta gentileza da autorização para publicarmos este trabalho de síntese e ao mesmo tempo de grande penetração no exame dos anteriores planos de economia.

Finalmente, aos estudiosos promete este Serviço a publicação de outros trabalhos que possam igualmente servir aos interesses da Administração em setor de importância tão sensível e tão vital.

*Manoel Caetano Bandeira de Mello,
Diretor do Serviço de Documentação do D. A. S. P.*

RELATÓRIO APRESENTADO AO PLENÁRIO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS PELO DEPUTADO
ISRAEL PINHEIRO, PRESIDENTE DA COMIS-
SÃO DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FI-
NANCEIRA, NA SESSÃO DE 26 DE JUNHO
DE 1956, SÔBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA E
FINANCEIRA DO PAÍS, EM CUMPRIMENTO AO
ART. 174 DO REGIMENTO INTERNO.

(Discurso do Sr. Deputado Israel Pinheiro, pro-
ferido na Sessão do dia 26/6/56).

O SR. ISRAEL PINHEIRO: (*Lê o seguinte discurso*)
Senhor Presidente, desde 1950 temos nos batido,
daqui desta tribuna, pela modificação da política
econômico-financeira vigente no país. Em todos
os tempos, essa política tem sido preponderante-
mente financeira, quando deveria ser preferen-
cialmente econômica.

A crise que hoje enfrentamos começou a carac-
terizar-se a partir de 1948, quando o custo da
vida passou a subir em ritmo acentuado. Em 1951
procuramos demonstrar à Câmara que a crise não
seria debelada com medidas de ordem exclusiva-
mente financeira, dentro do esquema que orientava
a ação do Governo: equilíbrio orçamentário e
restrição do crédito.

Daqui afirmamos que, sem medidas concretas
e paralelas capazes de promover o aumento rápido
da produção, segundo uma escala de prioridades,
não chegaríamos a superar a crise, que se caracte-
riza principalmente por uma produção insuficiente
para atender às necessidades prementes e irremo-
víveis do povo, na sua ânsia natural de progredir.

Para orientação segura e ação rápida, sugerimos
então que o Poder Executivo se aparelhasse com
órgãos essenciais e especializados — Ministério
da Economia, Banco Central e Banco Rural. A
proposta de criação de outros órgãos e outras me-
didas de caráter complementar foram por nós apre-

sentadas à consideração do Congresso — rede de armazéns frigoríficos, rede de armazéns e silos, seleção do crédito e taxaço diferenciada. Como medida básica capital e mais que nunca oportuna, sempre procuramos ressaltar a necessidade cada vez mais premente da mudança da Capital da República.

O Banco Central e o Banco Rural, já naquela época consubstanciados em projetos de lei, não mereceram, até hoje, aprovação do Congresso, assim como não tiveram andamento até o ano passado os projetos, de nossa autoria, que criam o Ministério da Economia e a rede de armazéns frigoríficos.

O Poder Executivo não demonstrava, de sua parte, qualquer interesse por essas iniciativas.

Atingimos agora o ponto agudo da crise, que poderíamos ter evitado se, a partir de 1946, paralelamente às medidas financeiras, fôsse tomada uma firme orientação econômica. Mas, ainda uma vez, fomos levados a adiar as providências preventivas, preferindo agir tão-sòmente sob a pressão dos acontecimentos. Com isso, estamos sempre a retardar as verdadeiras soluçoes até o momento em que as crises alcançam o seu ponto máximo.

Fugimos aos planejamentos econômicos e afastamos as providências de profundidade que demonstram a produzir resultados fecundos. Preferimos ficar com os planos financeiros de ação rápida, mas tantas vèzes de efeitos superficiais e ilusórios. Procuramos apenas obstar a pressão dos desnivelementos, e esquecemos a repercussão negativa que no futuro podem ter as simples medidas de emergência.

Temos agora de agir com acerto e precisão. A ação omissa, inadequada ou errônea será extremamente grave e perigosa, de conseqüências imprevisíveis. Acima de certo limite, a espiral inflacionária é francamente explosiva.

Temos de nos conduzir com orientação segura e firme no sentido de ampla cooperação, estreitando o entendimento entre o Executivo e o Legislativo e, neste, entre as diversas correntes partidárias. Separemos, das questões econômicas, as questões políticas — “eterna contenda dos homens e dos partidos”, na frase de João Pinheiro. Não estamos pregando a união nacional dos partidos no terreno político. A divergência nesse terreno é particularmente fecunda, porque gera a crítica, aprimora a permanente fiscalização dos atos do Governo e acentua o senso de responsabilidade.

No campo econômico o momento exige a mais estreita cooperação, sem distinção de partidos ou correntes. E todos sentem que é necessária essa cooperação. Foi o que ficou demonstrado com o debate, nesta Casa, da mensagem do Senhor, Presidente da República. A crise econômico-financeira atrai a atenção geral e a todos convoca para a sugestão e a adoção de medidas que visem a debelá-la.

O Sr. *Sérgio Magalhães* — Permita-me o nobre orador. Pelo que compreendi, V. Ex.^a propõe o combate à inflação a longo prazo, mediante o aumento da produção. Acontece, entretanto, que o prazo longo não interessa diretamente ao povo, porque uma vez decorrido, quase todos nós já estaremos mortos, na expressão de um ilustre economista inglês. Seria aconselhável tomasse o Governo providências mais enérgicas para debelar a inflação em prazo curto, pois com a expansão dos meios de pagamento de 2, 25 e até 30% não há processo produtivo, nem melhoria na produção que possa fazer face a êsse aumento dos meios de pagamento.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — O que afirmei é que somente com medidas financeiras não conseguiremos superar a crise, tornam-se também indispensáveis as medidas de ordem econômica, para aumento da produção.

A produção em determinados setores pode ser aumentada em prazo relativamente curto. Uma orientação enérgica e segura do Governô, através do crédito especializado e da assistência direta, poderá conseguir, no prazo de uma safra, um aumento substancial na produção de gêneros alimentícios, que representam 60 a 80% dos orçamentos domésticos.

Dizia eu, Sr. Presidente, sem conchavo de qualquer espécie, sem barganha ou troca de vantagens, trataremos de nos unir no terreno comum que é, em última análise, o do interêsse nacional. Das providências destinadas a combater e debelar a crise não mais dependem apenas o êxito de um govêrno, mas a própria tranqüilidade do regime.

A crise já põe em risco tôda a grande família brasileira. Podemos discutir ainda o comando e a organização da casa, mas não podemos negar-lhe os recursos para sua manutenção, nem é possível deixar de promover, por todos os modos, o seu enriquecimento. E' êste o caminho a trilhar, se queremos patriôticamente garantir a estabilidade das instituições e defender o bem-estar da população.

Justamente agora, temos na chefia do Poder Executivo um Presidente que, vindo do interior, está perfeitamente identificado com a realidade brasileira, e sabe que só a bandeira do enriquecimento rápido do país é capaz de afastar as dificuldades permanentes de tôda ordem que embaraçam o nosso progresso, e que êste enriquecimento deve ter como orientação básica a melhor distribuição da renda nacional pelas diversas regiões do país.

Não bastarão, no entanto, ao Senhor Presidente da República, a coragem e a capacidade para executar o reajustamento econômico-financeiro da Nação. É indispensável que não lhe falte a nossa cooperação atuante, decidida e imediata em tudo que diz respeito às medidas urgentes que se fazem

necessárias. Dentro dêsse espírito de cooperação, já constituem trabalho e providência comuns:

1) A Mensagem do Senhor Presidente da República propondo a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, em estudo na Comissão de Justiça, e que virá possibilitar a imediata transferência da Capital para o Planalto Central; 2) O desarquivamento do projeto de lei que cria o Ministério da Economia, aprovado rapidamente nesta Casa, ouvido o Conselho Nacional de Economia, está atualmente em discussão na Comissão de Finanças do Senado Federal, por ter recebido emendas; 3) O desarquivamento do projeto de lei que cria a Rêde de Armazéns e Transportes Frigoríficos, o qual, já aprovado no Senado, se encontra de volta à Câmara por ter sido emendado naquela Casa; 4) O andamento rápido dos projetos de lei sôbre a reforma aduaneira, os lucros extraordinários e a modificação da taxaço de consumo específica para *ad valorem*, com o fito de alcançar o equilíbrio orçamentário; 5) A aprovação pela Câmara do projeto de lei que cria a Eletrobrás; 6) Rêde Ferroviária Nacional já no Senado. Ao mesmo tempo concluídos os estudos preliminares estão em vias de ser encaminhados ao Congresso Nacional o projeto que cria o Banco Rural e o que modifica o impôsto único sôbre combustíveis líquidos.

POLÍTICA ECONÔMICA

Agora que a crise econômica alcança ponto culminante, poderemos mais facilmente, pelos dados estatísticos, verificar a influência e a repercussão da incidência dos fatores característicos e preponderantes que distinguem e definem a economia brasileira.

O primeiro decorre de que 93% do nosso território estão situados na zona tropical com influências negativas de tôda ordem, principalmente sôbre a nossa exploração agrícola.

O segundo, das peculiaridades da nossa geografia econômica tornando difícil e onerosa a exploração daquelas riquezas que são a base de uma sólida estrutura econômica: ferro, petróleo, carvão.

O terceiro fator consiste em termos que recuperar o nosso atraso, promovendo a nossa industrialização em concorrência com países plenamente desenvolvidos e supercapitalizados. Não podemos seguir uma evolução natural, mas temos que começar na etapa final dos outros, exigindo grande vulto de capital e alta técnica especializada.

O quarto se deriva do fato de que, por motivos diversos encontra-se o panorama do Brasil econômico de hoje dividido em duas zonas completamente diferenciadas. A concentração industrial do litoral com alto nível de civilização, contrastando com a pobreza do interior em que não existem recursos nem mesmo para a manutenção das atividades normais.

A inflação permanente nos grandes centros do litoral afeta de forma altamente prejudicial a economia agrícola do interior. O industrial e o comerciante transferem automaticamente para os preços de venda quaisquer alterações nos seus custos de produção. Os agricultores não o poderão fazer porque os preços dos produtos agrícolas são limitados pelo tabelamento ou formados nos mercados de consumo sob a pressão dos interesses do consumidor e fora do controle do produtor. Em resumo, o interior importa a inflação dos grandes centros e não pode reexportá-la.

Este tem sido o ponto básico das nossas dificuldades. E' consequência dos nossos erros e causa fundamental da errônea aplicação de métodos e teorias que não se adaptam à situação real do país.

Além destes quatro fatores que bem determinam e definem as características especialíssimas da economia brasileira, devemos acrescentar dois imperativos a que não podemos fugir:

O primeiro decorre da nossa alta taxa de crescimento demográfico de 2,5%, determinando um aumento anual de 1.500.000 habitantes.

O segundo se origina da política social, determinando um rápido desenvolvimento de reivindicações, que se processam estimuladas pela guerra fria entre as democracias capitalistas e o comunismo.

Nos outros países, essas reivindicações surgiram com o desenvolvimento pleno e enriquecimento do país no sentido de uma melhor distribuição de riqueza.

Aqui teremos que iniciar a nossa capitalização e processar nosso enriquecimento já tendo que atender a êsse imperativo. Êsses diversos fatores negativos e êsses imperativos, a que não podemos fugir, diferenciam extraordinariamente o panorama da economia brasileira em relação aos países de economia plena. A complexidade é de tal ordem que não existe aqui um problema geral, mas uma conjugação de problemas e fatores entrelaçados que devem ser examinados e resolvidos separadamente. Temos que enfrentar cada fato e cada situação. A nossa imaginação latino-tropical nos leva no entanto a generalizações vagas muito mais fáceis e que não exigem penosos raciocínios sôbre situações concretas.

E, genêricamente, deduzimos sem maior profundidade que existindo inflação, isto é, desequilíbrio entre os meios de pagamento e o volume de produção é bastante restringir os meios de pagamento, não emitindo e evitando a expansão do crédito.

Isto seria por demais simples e qualquer país atingido pela inflação poderia fácil e rapidamente resolver sua crise.

Temos assistido no Brasil à formação dessa teoria simplista sem se conseguir deter a curva ascensional do custo de vida. O recente exemplo do

Japão bem indica o caminho acertado para a estabilidade e desenvolvimento ordenado da economia.

Em artigo de março dêste ano escreve textualmente o Sr. Saburo Okita, chefe da Divisão de Cooperação Econômica do "Economic Council Board", do governo do Japão:

"A maior parte das indústrias foi transformada em indústria bélica. Os equipamentos de fiação e tecelagem foram atirados nas fornalhas dos fornos Martins Siemens. Foram perdidos todos os navios e aviões e as fábricas bombardeadas.

A inflação iniciada em 1942 assumiu em 1945 um aspecto catastrófico provocando a elevação da emissão fiduciária a 55 bilhões de ienes ultrapassando em 130% o nível da circulação monetária ao fim da guerra. Os preços por atacado subiram de 347 em setembro de 45 a 1.186 em março de 46, o que equivalia a um aumento de 3,3 vezes em um ano. Todo o sistema de crédito nacional se achava à beira do colapso total, a estrutura econômica, virtualmente paralisada. Foram tomadas medidas drásticas pelas autoridades de ocupação. Entre essas medidas cabe destacar-se proibição de empréstimos do Banco do Japão ao Governo. Simultaneamente o governo adotou medidas drásticas de controle de preços e forçou a baixa do poder aquisitivo estabelecendo bloqueio do papel-moeda excedente e emitindo novas notas com redução de mais de 50% no meio circulante".

Mostra em seguida o articulista o resultado passageiro destas medidas drásticas. A reação das massas provocando greves e aumento de salários, e finalmente o aparecimento novamente da espiral inflacionária. Termina o relatório Okita:

"Foi o primeiro governo Yoshida quem, após chegar à conclusão de que o único meio de sustar a inflação era o aumento da produção, pôs em vigência várias medidas econômicas, todas elas baseadas no sistema de prioridade com uma série de providências destinadas a fomentar a produção

de artigos que tenham prioridade. Entre essas providências, cabe destacar as destinadas a incentivar a produção através de empréstimos concedidos pelo "Reconstruction Finance Bank" e o controle rigoroso de investimentos de fundos em indústrias consideradas não essenciais ou não urgentes. Em fins de 1948 começou a diminuir o ritmo da espiral inflacionária firmando-se definitivamente o rumo da melhoria".

Este exemplo bem esclarece e vem confirmar o que temos debatido:

1.º — A ação exclusiva através dos fatores monetários na restrição dos meios de pagamento, não consegue deter a inflação, provocando, além disso, reações populares perigosas;

2.º — Só foi conseguida a melhoria com o aumento da produção;

3.º — O aumento da produção foi estimulado pelo crédito dentro de rigorosa escala de prioridade, considerando-se a necessidade e urgência do investimento.

Vejamos agora no Brasil como vem se desenvolvendo a curva ascensional dos preços, sob a influência das medidas governamentais e dos diversos fatores que, conforme demonstramos, perturbam a evolução da nossa economia.

O gráfico comparativo de índices de crescimento da população — produção agrícola e produção industrial — indica que no período de 46/55 a população cresceu de 100 para 125, representando um quantitativo de 15 milhões em um decênio.

A produção agrícola de 100 passou a 137, sendo que até 1951 o índice era praticamente igual ao do crescimento da população.

A produção industrial de 100 passou a 175.

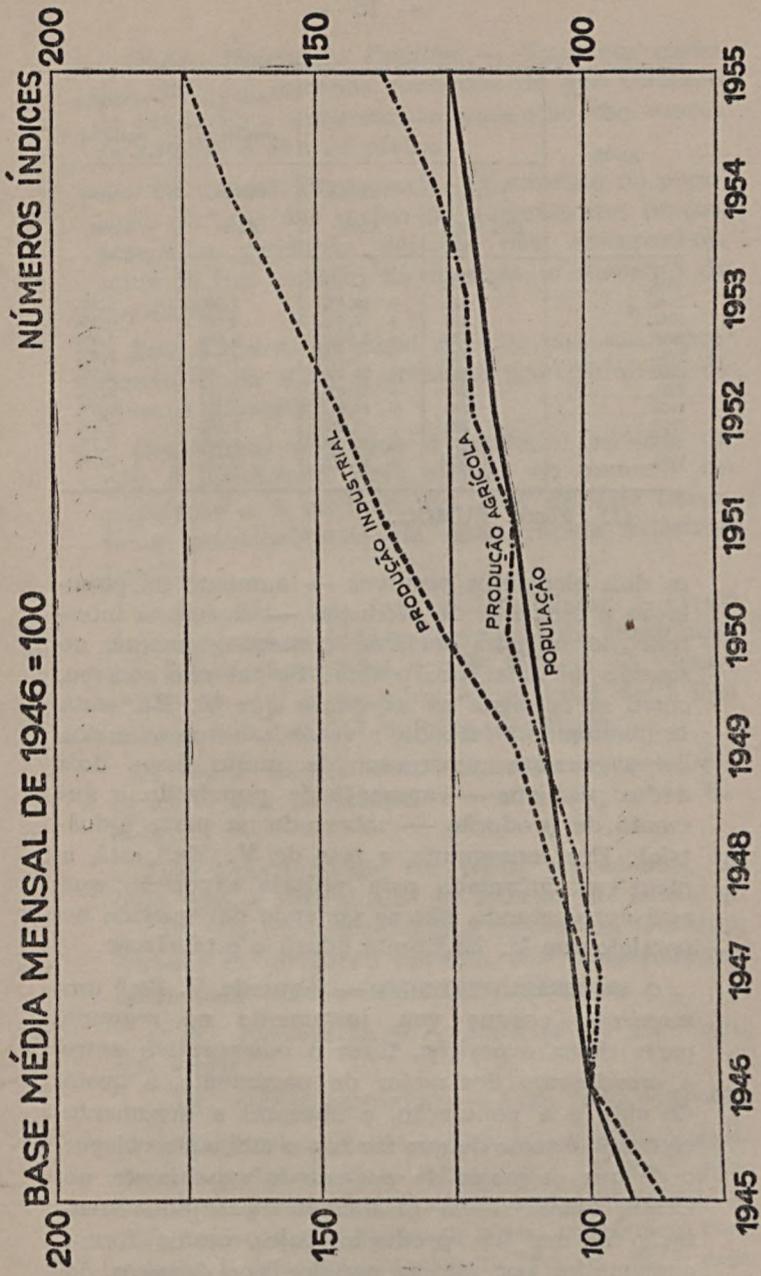
Verifica-se, assim, que a nossa produção agrícola até 1951 apenas se desenvolveu o necessário para

manter a subsistência no mesmo nível de consumo da população crescente. O ligeiro acréscimo verificou-se em 54 e 55.

O grande desenvolvimento da produção industrial determinou um aumento substancial no nível de vida das populações do interior subnutridas que, abandonando as lavouras, correm para os centros industriais.

Pela estatística verifica-se que enquanto o crescimento geral da população foi de 2,5% anualmente, o aumento anual nas capitais foi de 6,2%, representando um acréscimo de 4 milhões.

O Sr. *Raimundo Padilha* — V. Ex.^a acentua bem, na exposição que estamos ouvindo com todo acatamento, que o caso japonês poderia servir de paradigma para a análise, interpretação e talvez solução do caso brasileiro. Permita-me acentuar, todavia, que da primeira exposição de V. Ex.^a colhi o seguinte:



ANOS	MEIOS DE PAGAMENTO (1)		PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO AGRÍCOLA
	índice	Variação	Variação	Variação
	1945 - 100	Anual	Anual	Anual
1945.....	100	—	—	—
1946.....	111	+ 10,6%	8,0%	8,5%
1947.....	113	+ 2,5%	0,0%	0,4%
1948.....	120	+ 5,9%	8,0%	4,4%
1949.....	142	+ 18,5%	6,0%	5,6%
1950.....	192	+ 34,7%	11,0%	4,5%
1951.....	222	+ 15,6%	9,0%	0,7%
1952.....	255	+ 15,0%	6,0%	4,5%
1953.....	303	+ 19,1%	7,0%	1,5%
1954.....	371	+ 22,1%	7,0%	5,7%
1955.....	435	+ 17,5%	3,0%	5,3%

(1) Fonte: SUMOC.

os dois elementos positivos — aumento de população e aumento de produção — deveriam interferir de maneira incisiva, conseqüentemente, no sentido da baixa dos preços. Se tal não ocorreu, como se consigna na exposição que V. Ex.^a está brilhantemente fazendo, a verdade é que os meios de pagamento superaram de muito êsses dois dados positivos — aumento de população e aumento de produção — sobretudo na parte industrial. Por conseguinte, a tese de V. Ex.^a está, a meu ver, infirmada pela própria exposição que está apresentando, não se podendo dar guarida ao paralelo que V. Ex.^a tenta aduzir e estabelecer.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Aguarde V. Ex.^a um momento, porque vou, justamente na segunda parte dessa exposição, fazer o comparativo entre o crescimento dos meios de pagamento, o custo de vida e a população, e chegarei a argumento contrário àquele de que faz uso o eminente colega: o de que os meios de pagamento atualmente, no Brasil, talvez sejam insuficientes para movimentação normal da produção cujos custos foram aumentados por fatores gerados por decretos do Governo, ou então de ordem internacional.

O Sr. *Raimundo Padilha* — Teríamos então que chegar à estranha conclusão de que aumento de produção e aumento de população são causas de inflação e alta de preços.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — O aumento de população foi uma das razões do aumento dos preços, porque a produção agrícola não acompanhou, como já tive ocasião de mostrar, o aumento de população.

Esse aumento de nível de vida tem sua repercussão direta sobre o consumo principalmente de gêneros alimentícios.

Concluimos pois, que a produção agrícola do país é insuficiente para atender ao aumento da população e à melhoria de nível de vida decorrente, principalmente, da nossa rápida industrialização.

Comprovam esse fato e determinam a escala de deficiência os índices crescentes da importação de gêneros alimentícios que de 100 em 48, passou a 210 em 55, representando um total de 2.046 mil toneladas ou 247 milhões de dólares.

A única solução será aumentar a produção agrícola com assistência e auxílio direto do Estado.

Tive oportunidade, em casos precedentes, de fixar que a agricultura no interior do Brasil só poderá desenvolver-se com o auxílio do Governo. Através de evolução natural, não conseguiremos obter aumento substancial da produção.

O Sr. *Herbert Levy* — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Com todo o prazer.

O Sr. *Herbert Levy* — Nossas opiniões coincidem, nesse particular. Aliás, como V. Ex.^a sabe, há anos perfilho tal idéia e tenho solicitado a discriminação que existe no plano econômico, com relação à agricultura nacional. Mas V. Ex.^a, com o conhecimento que revela do assunto, poderia

influir para que se dê aos ágios a destinação constante da Instrução n.º 70.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Perfeitamente.

O Sr. *Herbert Levy* — E' preciso que os ágios sirvam de instrumento para o aumento da produtividade agrícola do interior.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Exatamente, pois foram criados para êste fim. De pleno acôrdo com V. Ex.^a.

O Sr. *Herbert Levy* — Aliás, V. Ex.^a não ignora...

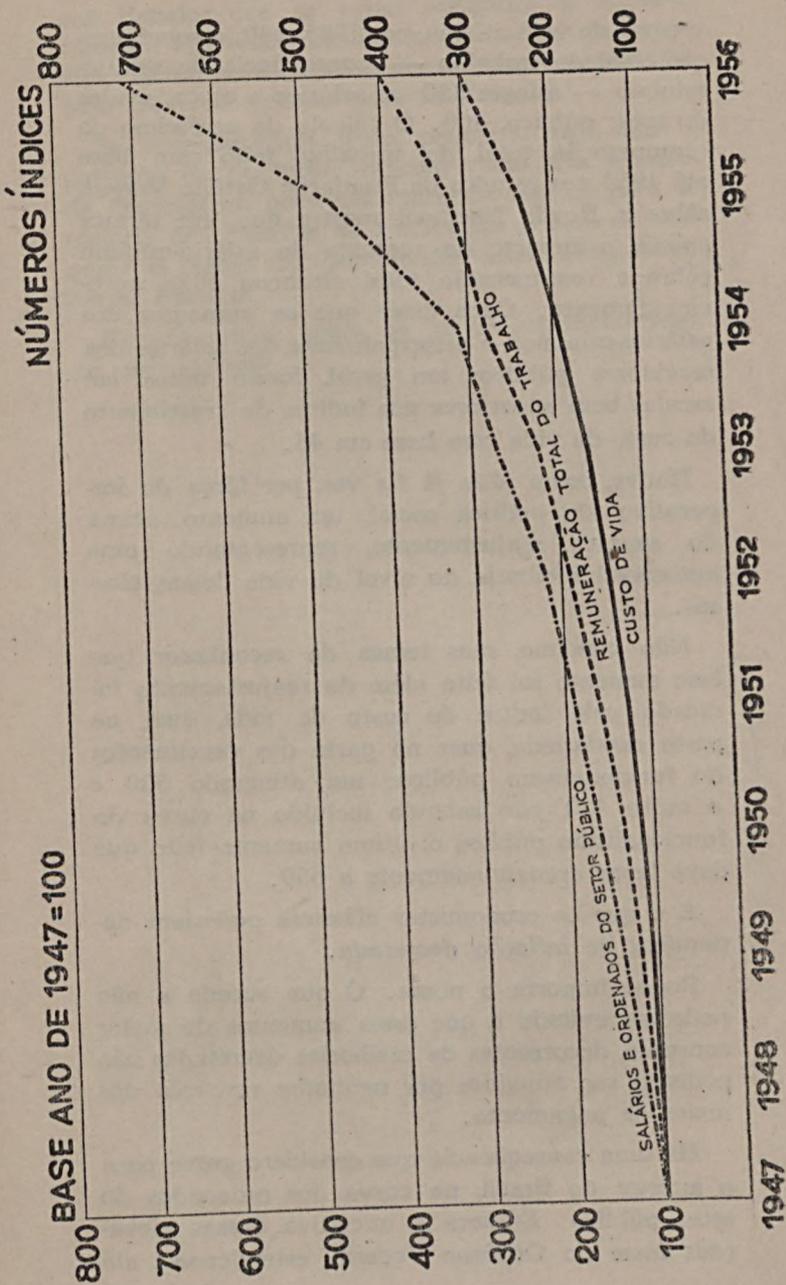
O SR. ISRAEL PINHEIRO — V. Ex.^a foi um dos autores e cooperadores, na instituição dos ágios.

O Sr. *Herbert Levy* — E folgo em que o nobre colega assumia esta posição, que corresponde inteiramente à realidade.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Obrigado a V. Ex.^a. A restrição geral do crédito que repercutirá mais fortemente sôbre êsse setor pela sua menor rentabilidade e capitalização é portanto altamente contraproducente e virá gravar ainda mais o custo de vida pela redução e encarecimento da produção agrícola.

Não é tão simples a conclusão que tem servido de base, de argumentação para os teóricos, de que a produção brasileira, aumentando de 6% em 54 (em 55 houve um decréscimo para 5%) atingindo praticamente a percentagem americana e superando o aumento demográfico, pudesse sofrer uma redução, acusando uma estagnação, uma provisória paralisação do desenvolvimento, a fim de diminuir a pressão inflacionária.

O gráfico comparativo, que passarei agora a examinar, das curvas do custo de vida, remuneração total do trabalho e salários do setor público, com base 100, no ano de 47, revela-nos:



o custo de vida atingiu, em 1955, 240; a remuneração total do trabalho — consequência do salário-mínimo — atingiu 330; os salários e os ordenados do setor público, 460. O cálculo do acréscimo da remuneração total do trabalho, feito com base até 1954 nos estudos da Fundação Getúlio Vargas, sobre a Renda Nacional mostra que, em termos anuais, o impacto do aumento do salário-mínimo sobre a remuneração total alcançou 60% aproximadamente. Quer dizer que os aumentos dos salários-mínimos, e principalmente dos salários dos servidores públicos em geral, foram feitos em escalas bem superiores aos índices de crescimento do custo de vida com base em 45.

Houve, como aliás já fiz ver, por força do imperativo da política social, um aumento acima do simples reajustamento, representando uma apreciável melhoria no nível de vida dessas classes.

Não condeno, mas temos de reconhecer que êsse aumento foi feito além do reajustamento indicado pelo índice do custo de vida, quer na parte assalariada, quer na parte dos vencimentos do funcionalismo público: um, atingindo 330 e o outro 450, não estando incluído na curva do funcionalismo público o último aumento feito que deve levar aproximadamente a 650.

É o que os economistas clássicos poderiam denominar de *inflação decretada*.

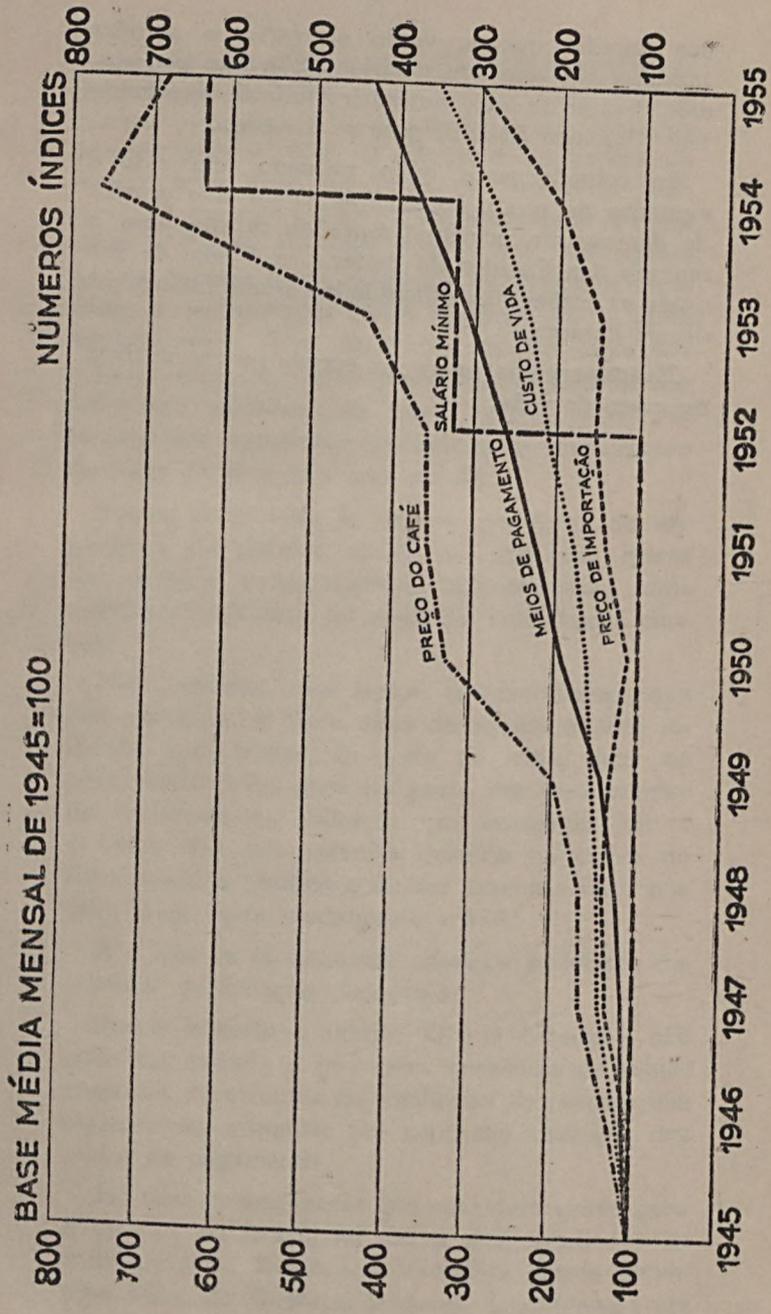
Pouco importa o nome. O que sucede e não pode ser evitado é que êsses aumentos de maior consumo, decorrentes de melhorias decretadas não poderão ser atingidos por nenhuma restrição dos meios de pagamento.

Há uma consequência que considero grave para o interior do Brasil, na curva dos ordenados do setor público. Embora a iniciativa dessas elevações fôsse do Governo Federal, estender-se-á ela

aos Estados que se verão obrigados a atender também aos seus funcionários. É o que poderíamos chamar de uma verdadeira inflação exportada pelo Governo Federal para os Estados.

Se considerarmos quão pequeno tem sido o aumento da produção agrícola como tive ocasião de demonstrar, principal fonte de receita para a maioria dos Estados da Federação, é bem de ver quais as razões das dificuldades atuais financeiras desses Estados.

Examinaremos, agora, as curvas representativas do custo de vida.



PREÇO DO CAFÉ (*Média anual*)

Cents/Libra pêsos

ANOS	CENTS/LIBRA	ÍNDICE-BASE
1945.....	13,38	100
1946.....	17,38	130
1947.....	22,75	170
1948.....	22,63	169
1949.....	27,38	205
1950.....	49,50	370
1951.....	53,82	402
1952.....	53,18	397
1953.....	55,95	418
1954.....	78,75	588
1955.....	57,00	426

Meios de pagamento e os três fatores extra-monetários de influências diretas no custo da produção, independente da expansão dos meios de pagamento — preço do café, salário-mínimo e preço de importação.

Preço do café. A curva do preço do café demonstra que esse índice de 100 em 45, passou a 690, em 55. O custo de vida atingiu então, como já vimos, 240 apenas. Sabendo-se que o aumento de preço do café no mercado internacional foi em dólares, é bem de ver a sua influência na alta geral dos preços, independentemente dos meios de pagamento, quer diretamente como elemento representativo de uma das nossas maiores produções, quer individualmente pela ação da solidariedade dos preços. Como o aumento foi em dólares, essa influência seria compensada pela entrada maior de produtos essenciais na balança comercial. Mas o que aconteceu foi que a grande alta em dólares, elevou o preço interno do índice 100, em 45, a 700, em 54, e, quando se verificou a queda internacional, manteve-se o preço interno com a compensação dada pelas bonificações.

Essa curva do café é grandemente responsável pelo crescimento dos meios de pagamento, devido

ao vulto de crédito que exige o seu financiamento, porque é o único produto brasileiro cuja produção é quase totalmente financiada, inclusive para formação de estoques, e recebe o seu valor a maior percentagem de financiamento.

Essas três curvas se mantiveram em crescimento paralelo até 1948, sendo que os meios de pagamento subiam em percentagem inferior aos índices de preços. A partir de 49, com a alta acentuada do café, a curva desse produto arrastou a dos meios de pagamento. O aumento dos meios de pagamento não foi a causa da elevação dos preços, mas, ao contrário, esta é que forçou o dos meios de pagamento. Isto quanto ao café.

Vejamos agora a curva do salário-mínimo.

O Sr. *Raimundo Padilha* — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Com prazer.

O Sr. *Raimundo Padilha* — Tenta V. Ex.^a estabelecer uma relação de causalidade, que tenho dificuldade em identificar. Mas, Sr. Deputado, a verdade é que tudo se resolve em termos monetários, embora V. Ex.^a tenha feito hábil esforço no sentido de levar-nos à convicção de que a moeda não teve nenhuma interferência neste caso. Se aumentamos o preço do café. . .

O SR. ISRAEL PINHEIRO — O café foi aumentado por efeito internacional. Não fomos nós que o aumentamos.

O Sr. *Raimundo Padilha* — Como quer que seja, isso tudo se reduz, porque operação de câmbio não é outra coisa para o Brasil senão uma compra e venda de cruzeiros.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Perfeitamente.

O Sr. *Raimundo Padilha* — Tôda operação de câmbio é compra e venda da moeda nacional, em consequência do que essa moeda precisou aparecer nas letras de exportação. Ao adquirir as letras de exportação, o Banco do Brasil, ou outro

Banco qualquer, necessitou de uma quantidade maior de cruzeiros.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Onde foi buscá-los?

O Sr. *Raimundo Padilha* — Foi buscá-los na Carteira de Redescontos e aumentou, em consequência, o índice monetário. A inflação se deu...

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Não foi buscar exclusivamente na Carteira de Redescontos; foi buscar com as restrições de crédito em vários outros setores que tem menor a resistência como também no saldo líquido dos ágios.

O Sr. *Rimundo Padilha* — Os ágios voltaram à circulação; foram financiados pelos bancos. Foi precisamente o que comuniquei ao Ministro Oswaldo Aranha, quando S. Ex.^a me deu a honra de consultar-me sobre a Instrução n.º 70. É o momento de reavivar o debate do assunto. Foi precisamente o que disse a S. Ex.^a, o Sr. Dr. Marcos de Souza Dantas, isto é, que era impossível conter-se a inflação quando havia, da parte dos bancos, financiamento dos ágios. Os ágios foram financiados por todo o sistema bancário do país. E como este sistema bancário não podia suportar, em sua caixa, saídas de capitais tão grandes, tinha de recorrer ao Redesconto, que aumentou consideravelmente em virtude desses mesmos ágios. Esses ágios só parcialmente foram aplicados em bonificações aos exportadores. E sabe V. Ex.^a que a outra parte não foi de modo algum absorvida; não sendo absorvida, tinha de exercer a influência que exerceu na alta dos preços. Por conseguinte, tudo se acaba resolvendo em termos monetários, ou seja, valor expresso em moeda.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Não discuto a forma monetária do assunto, nobre colega. O que estou discutindo é que o aumento do custo da vida no Brasil foi grandemente causado pela elevação do preço do café no mercado internacional. Aliás, tendo ocasião de discutir o assunto com ilustre economista, êle denominou êsse fenômeno de in-

fiação importada. O café, tendo subido de Cr\$ 600,00 a saca a Cr\$ 2.400,00 o volume do meio circulante necessário para financiar essa produção, evidentemente, tinha de ser aumentado.

Não discuto forma de equilíbrio monetário. O que quero analisar são os outros fatores que influenciam no custo da produção.

O Sr. Colombo de Souza — Nesse caso, é bom, desde logo, acentuar-se o grande efeito que teve a estocagem do café, que se iniciou justamente na época dos ágios, estocagem essa que ainda permanece, impossibilitando a livre circulação dessa riqueza. . .

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Perfeito.

O Sr. Colombo de Souza — . . . tanto no domínio nacional como no campo internacional.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Obrigado a V. Ex.^a.

Vejamos agora a curva do salário-mínimo. Em 1952, o salário-mínimo que se mantinha no índice 100 em relação a 1945, enquanto o custo da vida alcançava 200, foi elevado para 320, isto é, superou o custo da vida no sentido de uma melhoria no nível de vida dos trabalhadores.

Já verificamos que o impacto do salário-mínimo sobre a fôlha global de pagamento foi estimado em 60%. Na curva de 1952 a 1954, pode-se observar a pressão que essas elevações teriam sobre o custo da produção.

A minha conclusão é a seguinte. A elevação decretada dos salários determinou o aumento do custo da produção independentemente de outras causas. Este aumento de preço gerou, como no caso do café, o aumento dos meios de pagamento.

A curva representativa dos preços de importação indica oscilações naturais, com o aumento de 40% até 1953 em relação a 1945. Em razão da Portaria n.º 70, que estabeleceu os ágios, esses preços se elevaram em 55 a 300%. Os meios de pagamento foram fortemente pressionados mais

uma vez, bastando considerar o valor do nosso comércio exterior, que, de Cr\$ 65 bilhões, em 1952, passou a Cr\$ 114 bilhões em 1955. Como a margem de lucro nesse setor é largamente vantajosa, verificou-se uma distorção do crédito em prejuízo de outras atividades produtivas.

Sôbre a influência desses fatores na curva de expansão dos meios de pagamento é que justamente cheguei a esta conclusão: de que essa expansão decorreu do aumento do custo da produção por outros fatores que não simplesmente monetários, e provocou uma gravíssima distorção do crédito, que é o que devemos principalmente considerar no momento.

O Sr. Colombo de Souza — Após a Instrução n.º 70 as importações que eram financiadas pelos exportadores estrangeiros, passam a ser previamente financiadas pelos importadores nacionais, tão pobres de capitais!

O SR. ISRAEL PINHEIRO — E prejudicando, como sempre, as fontes de menor rentabilidade, como as do interior do Brasil.

O Sr. Colombo de Souza — E êsse dinheiro não voltava com a mesma repercussão com que tinha ido.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Resumindo podemos concluir:

1) a elevada expansão do crédito foi incrementada pela alta do nível dos preços decorrentes de fatores estranhos ao jôgo natural dos fatores monetários;

2) não tendo sido a elevação dos meios de pagamento quem provocou na fórmula quantitativa a elevação dos preços, é necessário verificar o novo equilíbrio. Não se pode afirmar que há excesso de meios de pagamento com base apenas na variação do volume da produção, outros fatores podem modificar êsse simples raciocínio.

3) não há dúvida de que se verifica em determinados setores excesso de poder aquisitivo, mas

por outro lado ocorre na grande maioria dos setores da produção, principalmente agrícola, grande redução de poder aquisitivo e restrição do crédito, já insuficiente para a manutenção das atividades normais.

O que acontece, portanto, não é mais do que uma distorção perigosa na vida econômica do país.

O Sr. *Plácido Rocha* — Nobre Deputado Israel Pinheiro, a V. Ex.^a, que é técnico em assuntos financeiros, eu desejava fazer uma pergunta. Sabe V. Ex.^a que temos em circulação Cr\$ 70 bilhões aproximadamente, e que também arrecadamos essa importância. Não sei se em seu trabalho V. Ex.^a já o disse num jornal, hoje pela manhã, que o setor agrícola está inteiramente desprovido de recursos para a lavoura e a pecuária. Pergunto se esse dinheiro que existe no país chega para as suas necessidades.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Tive oportunidade, já no parágrafo anterior, de dizer que era necessário verificar-se novo equilíbrio. Não poderei dizer a V. Ex.^a, com segurança, se os meios de pagamento atualmente são suficientes para toda a produção brasileira, o que dependeria de estudos mais profundos da matéria.

O Sr. *Plácido Rocha* — Então, V. Ex.^a está de acôrdo em que a lavoura, a agricultura e a pecuária se encontram inteiramente desprovidas de meios para sua manutenção.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Estou de acôrdo e afirmo que nesse setor há verdadeira deflação.

O Sr. *Plácido Rocha* — Então, quais as medidas que V. Ex.^a preconiza para encontrarmos um caminho?

O SR. ISRAEL PINHEIRO — As primeiras medidas mais importantes seriam a criação de três órgãos essenciais: o Ministério da Economia, o Banco Central e o Banco Rural. O Banco Central para disciplinar o crédito e dar orientação; e o Banco

Rural para especializar-se na agricultura. Enquanto isso não fôr feito — e é pensamento do Governo fazê-lo, nada se conseguirá. Já foram tomadas providências, junto à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil no sentido de aumentar as disponibilidades para empréstimos à lavoura no interior.

O Sr. Plácido Rocha — Por ora, estamos na teoria. Na realidade, as coisas não se passam assim.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Não é possível que um mal que vem de vários anos seja consertado em 5 meses.

O Sr. Plácido Rocha — O Presidente da República tanto prometeu nas suas longas viagens pelo interior o Banco Rural, mas não o poderá dar nem no fim de seu Governo.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Posso afirmar a V. Ex.^a, porque fiz parte da Comissão que estudou a organização do Banco Rural, que êsse projeto já está pronto; depende apenas de retoques. Deverá ser encaminhado ao Congresso por êstes dias.

O assunto fica, assim, não mais nas mãos do Executivo, mas do Congresso.

O Sr. Colombo de Souza — Para a criação do Banco Central e do Banco Rural, é necessário apenas vote a Câmara a reforma bancária que aqui está, desde 1950, para a qual já solicitamos regime de urgência.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Fiz parte da Comissão de Reforma Bancária. Sei muito bem que êsses dispositivos muito amplos que abrangem 2, 3 ou 4, setores, demoram muito na Câmara. Conviria resolver o problema por etapas: votando o Banco Rural depois, o Banco Central e, finalmente, da reforma bancária. Não há contradição. Poderíamos adotar esta ordenação.

O Sr. Colombo de Souza — São modos de ver. No entanto, acho que o projeto que aqui está,

adotadas ligeiras modificações, poderia ser aprovado e proporcionaria grande proveito.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — E seria o ideal.

O Sr. *Colombo de Souza* — Está V. Ex.^a de acôrdo em votar a reforma bancária que aqui se encontra?

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Perfeitamente de acôrdo.

O Sr. *Raimundo Padilha* — V. Ex.^a afirma que estamos instituindo a deflação no interior e, ao mesmo tempo, comunica os desígnios do Governo no sentido de criar, quanto antes, o Banco Rural.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Perfeito.

O Sr. *Raimundo Padilha* — O Banco Rural seria então a transformação virtual da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — O caso é completamente diferente, porquanto seria uma ampliação altamente especializada com recursos próprios.

O Sr. *Raimundo Padilha* — De qualquer maneira, posso afirmar a V. Ex.^a que, pelo último balanço do Banco do Brasil, os recursos dessa Carteira são da ordem de Cr\$ 3.000.000.000,00. Sabe V. Ex.^a quanto a Carteira distribui pelas 380 Agências do Banco do Brasil? — 26 milhões. A Carteira Agrícola do Banco do Brasil foi buscar na Caixa do Banco, ou seja, com os recursos dos depósitos à vista, os 23 bilhões excedentes. Seria instrumento de primeira ordem para realizar o ideal inflacionário. O financiamento agrícola, na base em que foi feito, ao contrário do que V. Ex.^a está afirmando, quer-me parecer que teria de ser um instrumento de inflação, porque o Banco do Brasil não tem recursos. Os algarismos são simples. É uma operação da mais rudimentar aritmética — 23 bilhões de recursos e 26 bilhões de crédito, no ano de 1955, para o interior distribuídos entre 380 Agências.

Tem aí V. Ex.^a um elemento de inflação de primeira ordem. São os dados que me permito fornecer a V. Ex.^a e constituem a base, talvez, do Banco Rural que se preconiza.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Pergunto a todos os Deputados do interior do país, que digam, dentro da realidade, se nosso *hinterland* está em inflação e se, ao menos, há crédito para manutenção de suas atividades normais.

O Sr. Raimundo Padilha — Se V. Ex.^a vem dizer-me que 26 bilhões são insuficientes, concordo.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Deve V. Ex.^a recordar-se de que, na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil a que V. Ex.^a alude, há o crédito industrial e o crédito agrícola. E no crédito agrícola inclui-se o crédito especializado do café. Se V. Ex.^a tirar êsses dois elementos, o crédito industrial e o crédito do café, que é uma cultura especializada — verificará a insignificância que resta na Carteira para empréstimos a outras atividades agrícolas no interior do país. Citarei para V. Ex.^a um caso. Vou referir-me ao Município, o de Aimorés, onde o limite da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil é o mesmo de cinco anos atrás.

Como o preço da produção triplicou o crédito ficou reduzido a um terço...

O Sr. Arruda Câmara — Fiquei surpreso com a declaração do nobre Deputado Raimundo Padilha, de que 26 bilhões de cruzeiros foram mandados para o interior pelo Banco do Brasil...

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Também eu.

O Sr. Arruda Câmara — Desejava saber para onde foi êsse dinheiro, que destino lhe foi dado, porque às nossas plagas não chegou coisa alguma... (Riso).

O Sr. Carlos Albuquerque — Sr. Deputado Israel Pinheiro, longe de mim querer interferir nesse debate acadêmico e muito brilhante, a res-

peito de inflação e deflação, que V. Ex.^a trava, com grande conhecimento, com o Deputado Raimundo Padilha, mas estou inteiramente de acôrdo com V. Ex.^a e acorro ao seu chamamento para testemunhar, não o aspecto da deflação no interior do Brasil — pelo menos na Bahia — mas de pauperismo, diria mesmo. V. Ex.^a falou no seu município e eu falarei no meu. Belmonte produz cêrca de 500 milhões de cruzeiros anualmente em cacau. Pois bem, regressei de lá há pouco tempo, posso dizer que a situação não faz jus a êsse têrmo acadêmico e técnico de deflação, mas, para sermos mais *tranchant*, o caso é de pobreza, de absoluta dificuldade para os produtores de cacau.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — E' generalizado.

Como disse, Sr. Presidente, a palavra de ordem não pode ser restrição generalizada, mas seleção rigorosa. A ação financeira econômica paralela se deve processar adotando-se as seguintes medidas financeiras:

- 1) Reduzindo tôdas as despesas do Estado, não produtivas ou adiáveis.
- 2) Seleção rigorosa do crédito, restringindo-o para as atividades especulativas e investimentos não essenciais e ampliando-o para as atividades produtivas dentro de uma escala de rigorosa prioridade, principalmente para a agricultura.
- 3) Taxação fortemente diferencial nos impostos de consumo, de renda e tarifas aduaneiras para investimentos não essenciais, consumo de superfluos e lucros exagerados.

MEDIDAS ECONÔMICAS

- 1) Consolidação da atual dívida comercial, bem como a obtenção de novos créditos a longo prazo a fim de facilitar a importação de equipamentos essenciais.
- 2) Favorecer e auxiliar a entrada de capitais estrangeiros para investimentos básicos de prioridade.

3) Concentração das disponibilidades do Estado no desenvolvimento da produção de gêneros de primeira necessidade, transporte e energia.

Cabe ressaltar, finalmente, a necessidade da criação imediata, para execução dessa política, dos três órgãos essenciais: Ministério da Economia, Banco Rural e Banco Central.

O Sr. Nogueira da Gama — O nobre Deputado Raimundo Padilha parece ter estranhado que a Carteira Agrícola, emprestando Cr\$ 26 bilhões, tenha concorrido para o aumento da inflação. Na realidade, porém, dêsse montante, penso possamos deduzir cêrca de Cr\$ 8 bilhões, que constituem o volume dos empréstimos às indústrias localizadas nos grandes centros — Rio de Janeiro e São Paulo. Teremos, aí, Cr\$ 18 bilhões. E' interessante notar que dêsses Cr\$ 18 bilhões, 1% apenas se "destina à agricultura de alimentos. O restante está empregado no custeio, no atendimento às necessidades dos nossos três principais produtos: Café, algodão e cacau. Veja V. Ex.^a que o problema não é, assim, fácil de ser objeto de críticas, como a que formulou o nobre Deputado Raimundo Padilha. Na realidade, V. Ex.^a é quem tem razão. O interior está ávido de crédito, está em absoluto desamparo em suas necessidades mais prementes, em matéria de agricultura. Dezoito bilhões de cruzeiros nada significam para as dificuldades que o campo atravessa. Além disso, é conveniente ressaltar que, do volume global dos meios de pagamento, absorvem, a agricultura e a pecuária, cêrca de 12%, volume aquêle que, ao que parece, já ultrapassa os 230 bilhões de cruzeiros.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Muito obrigado pelo esclarecedor aparte de V. Ex.^a.

Eu acrescentaria ainda que o valor da pecuária, hoje, supera o da produção do café.

O Sr. Afonso Arinos — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Afonso Arinos — Na ausência do Deputado Raimundo Padilha, que, como V. Ex.^a viu, teve necessidade de deixar o recinto a chamado de uma comissão técnica, devo esclarecer o pensamento dêsse correligionário. Não manifestou S. Ex.^a crítica, no tocante à aplicação dos recursos monetários, em forma de empréstimos, ao interior. Ao que me é dado deduzir do seu aparte, havia disparidade entre o limite consignado na lei, para êsses empréstimos na organização do Banco do Brasil, e o montante realmente alcançado por essas aplicações. E, desde que a diferença se estabelecia em termos de emissão, para assegurar a quantia de dinheiro necessária a essas aplicações, S. Ex.^a declarou que essas emissões, para atender a tais finalidades, representavam mais um elemento no crescimento da inflação. Não criticou, nem se insurgiu contra essa aplicação. Já eu, a esta altura, em face dos esclarecimentos prestados pelo nobre Deputado Nogueira da Gama, que foi consultor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, estranho, agora, com fundamento, que, através de uma política emissionista e inflacionária, se tenha atendido, em primeiro lugar, às indústrias dos grandes centros e em segundo, a três grandes produtos da nossa balança de exportação, sem se olhar as necessidades básicas da produção de alimentos. Estranho o fato e pediria a V. Ex.^a uma explicação complementar sôbre se os ágios obtidos, através da licitação cambial, não concorrem, também, além das emissões, para o implemento dessas somas aplicadas no benefício das atividades rurais, conforme consta da lei.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Os ágios, cujo saldo monta atualmente a onze e meio bilhões de cruzeiros, creditados, no Banco do Brasil, numa conta especial para desenvolvimento da lavoura, fazem parte da movimentação geral do Banco do Brasil. Entram na Caixa do Banco e são aplicados, principalmente, em parte, para cobrir o *deficit* do

Tesouro no Banco do Brasil, que monta a doze bilhões de cruzeiros.

O Sr. *Nogueira da Gama* — Sobre essa questão dos ágios, V. Ex.^a pode ainda notar o seguinte: a grande parte emitida pelo Banco do Brasil foi aplicada no financiamento concedido aos exportadores de café. A parte que sobrou, deduzidas as bonificações, teve êsse destino; agora o Banco do Brasil se está ressarcindo, recebendo, à medida que êsses financiamentos vão sendo liquidados; existem em depósito cêrca de onze bilhões de cruzeiros. Mas, nobre Deputado Israel Pinheiro, V. Ex.^a vai permitir que, reportando-me ainda ligeiramente ao aparte do nobre Deputado Afonso Arinos, declare estarmos todos de acôrdo em que não há no Brasil uma distribuição correta do crédito, no sentido da seleção que cada uma das atividades reclama. O crédito comercial, o crédito industrial, o crédito rural, todos devem observar o princípio da seletividade. Isso, de fato, não se observa em nosso país.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Sempre em prejuízo do crédito rural.

O Sr. *Nogueira da Gama* — Quero aproveitar êste instante para fazer um apêlo a V. Ex.^a que tem decisiva influência nos conselhos do Govêrno, O Ministro Oswaldo Aranha, quando exercia a Pasta da Fazenda, submeteu ao Presidente da República um projeto, transformado em decreto, criando o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais. Sabe V. Ex.^a que os financiamentos rurais possuem uma característica especial, muito diferente do crédito comercial comum, ou do crédito industrial. E' imprescindível que êsse crédito seja distribuído dentro das suas linhas e dos seus princípios básicos, mas sob a observância dessa seletividade, a que todos nos estamos referindo sempre nesta Câmara, como indispensável para que o dinheiro circule visando a fomentar a riqueza nacional. Pois bem, nobre Deputado Israel Pinheiro, o meu apêlo é no sen-

tido de que V. Ex.^a influa junto ao Governo Federal, para que ponha em funcionamento esse órgão cujo diploma estabelece, precisamente, o que é o anseio geral do Brasil, isto é, a distribuição do crédito à luz, ao lume, ao influxo de diretrizes econômicas. O crédito rural não vem sendo aplicado sob esse prisma, e aí está o exemplo que acabei de dar. Um por cento dos financiamentos apenas é atribuído à agricultura do alimento, enquanto o restante é absorvido pelos nossos três principais produtos. Leia V. Ex.^a, Sr. Deputado Israel Pinheiro, esse decreto; veja as diretrizes que êle estabelece com essa finalidade e verificará que o Governo Federal, que acaba de criar um organismo para supervisionar o crédito rural, devia, antes, pôr em execução esse órgão, porque não se pode supervisionar um crédito que ainda está sendo distribuído sem a necessária disciplina e seletividade.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Essas idéias serão inteiramente aproveitadas na organização do Banco Rural.

Passarei, agora, a examinar a situação financeira.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Execução orçamentária de 1956

Segundo dados constantes do Balanço Geral da União para o exercício de 1955, observa-se que a execução orçamentária da União no exercício em aprêço acusou o *deficit* de 7.616 milhões de cruzeiros. A Receita e Despesa totalizaram, respectivamente, 55.671 e 63.287 milhões.

Mais uma vez, cumpre-me assinalar, a receita arrecadada ultrapassou a respectiva estimativa orçamentária de 2.189 milhões de cruzeiros, ou seja, de 4,1%. Já no ano passado, ressaltamos que o Congresso sempre agiu com realismo ao ajustar as estimativas da Receita constantes das Propostas do Executivo.

Além dêsse resultado verificado no ano p. findo cumpre acrescentar que nos dez últimos exercícios somou 21,9 bilhões o total dos acréscimos de arrecadação sôbre as estimativas do Congresso.

Esta é uma defesa que nos cumpre reiterar, porquanto levemente afirmam que o Congresso vota receitas superiores à realidade com o objetivo de cobrir os gastos decorrentes das emendas aqui apresentadas.

A Receita arrecadada atingiu 55,7 bilhões de cruzeiros, enquanto a Despesa realizada à conta do orçamento sancionado totalizou 54,2 bilhões, com um saldo de 1,5.

Para atender os encargos relativos ao abono especial concedido aos servidores civis e militares da União no início do exercício, houve necessidade de uma suplementação de seis bilhões de cruzeiros. O saldo positivo de 1,5 passou a negativo de 4,5 bilhões. Os créditos especiais no exercício somaram 3,2 bilhões, aumentando o *deficit* para o total apurado de 7,6 bilhões, ou seja, 13%.

No ano passado, chamamos a atenção para o montante elevadíssimo dos gastos realizados em 1954 à conta dos artigos 46 e 48 do Código de Contabilidade, e que, absolutamente, não se enquadravam nesses dispositivos de exceção. O nosso protesto evitou que no exercício de 1955 fôsem realizadas despesas através do artigo 46 mas ainda se refere o balanço a uma parcela total de 3,4 bilhões por conta do artigo 48. Essas despesas deverão ser submetidas à consideração do Congresso para só posteriormente serem escrituradas.

ORÇAMENTO DE 1956

O orçamento votado pelo Congresso praticamente equilibrado sofreu no correr do exercício um impacto na despesa sem contrapartida na receita de 21 bilhões de cruzeiros correspondente ao aumento dos vencimentos dos funcionários civis e militares da União, etc. Já fizemos ver que os

quantitativos aprovados foram muito além dos índices do custo de vida.

Refletindo êsses pesados encargos, a execução orçamentária da União acusa reiterados *deficits* desde janeiro e tudo nos leva a crer que o passivo final do exercício será elevado. Até março último assim se desenrolava a execução orçamentária:

	Bilhões de Cr\$
Receita arrecadada	10,6
Despesa realizada	12,7
Deficit	2,1

Em relação a igual período do ano passado a execução do trimestre em aprêço acusava o seguinte comportamento:

Receita + 31,3%.

Despesa + 65,0%.

Embora já em março as despesas do exercício assumissem níveis elevados é de se observar que nos meses posteriores foram muito mais altos, porquanto sòmente a partir de abril é que iniciou o pagamento do funcionalismo dentro dos novos padrões de vencimentos.

Os títulos relativos aos impostos de consumo, renda, sêlo, importação revelavam as seguintes e respectivas variações em fim de março último em relação à arrecadação de 1955:

Consumo	+ 26%
Renda	+ 51%
Sêlo	+ 26%
Importação	— 25%
Outros impostos	+ 13%
As demais rendas:	
Patrimoniais	— 70%
Industriais	+ 32%
Diversas rendas	+ 230%
Renda extraordinária	+ 82%

Apesar de conhecida sòmente a execução até março, o passivo do Tesouro se elevou extraordinariamente nos meses posteriores em decorrência do vulto das despesas realizadas. Assim, em fim de maio a posição devedora do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil e relativa ao saldo das contas de arrecadação e despesa do corrente exercício financeiro atingia a elevada cifra de 12 bilhões de cruzeiros, contra 7 bilhões no fim de igual período do ano passado. Êsse aumento de 71% observado êste ano significa que o Tesouro, mais que no ano passado, vem absorvendo recursos além da capacidade financiadora do Banco do Brasil, que, para emprestar ao Govêrno, reduz drásticamente os financiamentos às demais atividades produtivas do país. Êsse estabelecimento bancário para financiar o Tesouro vale-se dos recursos dos ágios e emissões de papel-moeda.

As despesas programadas para o exercício assim se apresentam:

	Bilhões de Cr\$
a) Orçamento	71,0
b) Créditos abertos	8,2
c) Créditos a serem abertos para atender o aumento dos militares	5,5
d) Outros créditos a serem abertos para atender despesas com aumento de pessoal de autarquias, Verba 3 etc. (estimativa) ...	7,0
Total (bilhões de Cr\$)	<hr/> 91,7 <hr/>

Considerada a Receita estimada em 71 bilhões, temos um *deficit* de 21 bilhões. Êsse *deficit* na execução orçamentária poderá ser reduzido com uma economia percentual, em determinadas consignações, de 7 bilhões de cruzeiros e com providências que vêm sendo tomadas para melhor arrecadação e fiscalização. O aumento da receita estimada, como aliás vem acontecendo em anos ante-

riores e se verifica nos primeiros meses dêste exercício, poderá proporcionar mais 2 bilhões na receita, além do aumento das tarifas postais-telegráficas e demais tarifas de autarquias industriais. Com isto, o *deficit* do exercício poderá ser reduzido de cerca de 11 bilhões de cruzeiros.

O Sr. Colombo de Souza — Na realidade êste *deficit* deixará de existir porque o Governo está incorporando à Receita para todos os fins práticos a arrecadação dos ágios.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Em parte.

O Sr. Colombo de Souza — Está V. Ex.^a argumentando com um *deficit* na realidade inexistente.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Aí está o engano de V. Ex.^a O *deficit* existe. Dirá V. Ex.^a: o Governo disporá de recursos para diminuir o *deficit*. Isso é outro problema.

O Sr. Colombo de Souza — Exatamente.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Mas o *deficit* existe. Se o Governo utiliza os ágios para cobri-lo, repito, é outro problema, mas não se poderá dizer com propriedade que não há *deficit*.

O Sr. Corrêa da Costa — Ainda a propósito de ágios, V. Ex.^a teve oportunidade de declarar que montavam a Cr\$ 11 bilhões. Pergunto: em que prazo foram arrecadados?

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Mostrarei a V. Ex.^a

O Sr. Corrêa da Costa — Estou lembrando que, quando aqui estêve o Sr. Ministro Eugênio Gudin, solicitando aumento de ágio para a gasolina, declarou S. Ex.^a perante esta Câmara que somente êsse ágio daria ao Governo, ao Tesouro Nacional, Cr\$ 7 bilhões.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Antecipo a informação a V. Ex.^a (lê):

As transações comerciais realizadas, entre ágios e bonificações, proporcionaram ao Tesouro Nacional, nos três últimos anos, o saldo líquido de 11 bilhões.



Entretanto, se considerarmos o montante das licitações de cambiais para importação cuja entrada no país ainda não se dera em fim de 1955, o valor dos ágios ter-se-ia elevado a cerca de 74 bilhões de cruzeiros, bem como as bonificações pagas aos exportadores teriam atingido 57 bilhões.

Mesmo assim, o saldo final escriturado se aproximou da nossa cifra, pois segundo o Relatório do Banco do Brasil (pág. 88 de 1955) "O saldo da Conta "Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional" em 31/12/55 era de Cr\$ 11.265.510.893,10".

O Sr. *Corrêa da Costa* — Muito obrigado a V. Ex.^a Compreendi tratar-se do total da arrecadação, não do saldo escriturado.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Êste é o saldo escriturado. O total da arrecadação é de 74 bilhões de cruzeiros.

O Sr. *Corrêa da Costa* — Permita V. Ex.^a que continue a oferecer o meu depoimento. O nobre colega afirma — e muito bem — que há, de fato, no interior, o regime de deflação. Tem tôda a razão. No interior do Brasil, no meu Estado — e V. Ex.^a não desconhece que é a unidade da Federação onde a pecuária está mais avançada, pois conta com 6 milhões de cabeças — não há financiamento para a compra do gado.

Vim de lá, na semana passada, e observei um clamor geral contra a falta de verbas. Êste depoimento é muito sincero e vem corroborar a explanação de V. Ex.^a.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Muito obrigado a V. Ex.^a.

Papel-moeda em circulação

Até o dia 9 de junho o saldo do papel-moeda atingia a 72,2 bilhões de cruzeiros, ou seja, 2,9 bilhões a mais que o relativo ao fim do ano passado. Em igual período do ano passado o aumento

observado alcançou 2,7 bilhões. Se considerados os fatores atuantes neste exercício sobre a economia nacional, o valor relativo das emissões realizadas em 1956, até 9 de junho, foi inferior ao de igual período do ano passado.

Dívida Pública

A dívida flutuante, em 31 de dezembro de 1955, conforme consta do balanço geral da União, se expressava por 27 bilhões de cruzeiros, contra 25 bilhões, no fim de 1954. A encampação de papel-moeda feita em princípio de 1955, no total de 11 bilhões de cruzeiros, reduziu grandemente esse passivo do Tesouro, daí o pequeno incremento do seu saldo sobre o do ano anterior.

O saldo da dívida consolidada interna continuou praticamente estável em torno de 10,5 bilhões de cruzeiros. Com referência à dívida consolidada externa da União seu saldo atingia em 31 de dezembro de 1955 12,6 milhões de libras e 57,7 milhões de dólares, ou seja, convertido ao câmbio livre, 8 bilhões de cruzeiros ou ao câmbio oficial, 2 bilhões.

Proposta Orçamentária

A proposta orçamentária para 1957, tal como o orçamento vigente, apresenta a despesa segundo as unidades administrativas.

A apresentação por unidades administrativas, além de proporcionar maior flexibilidade e maior dinamismo aos diferentes departamentos da administração pública, permite a apuração do custo e a aferição do grau de eficiência relativa dos serviços. Com o aperfeiçoamento do sistema, o controle da execução orçamentária tornar-se-á mais minucioso e real além de propiciar a análise econômica dos dispêndios públicos.

Embora a Proposta Orçamentária apresentada pelo Poder Executivo acuse o vultoso *deficit* de

23,9 bilhões de cruzeiros, êsse passivo, contudo, deve ser integralmente coberto mediante a aprovação pelo Congresso Nacional de diversos projetos de lei que já estavam em andamento nas duas Casas do Congresso e os que foram encaminhados pelo Executivo juntamente com a proposta orçamentária, a saber:

	Bilhões de Cr\$
Na Câmara:	
a) Reforma aduaneira	10,0
b) Impôsto de consumo (alterações de taxas específicas em "ad valorem" e consolidação de adicionais já em vigor)	5,0
c) Taxa de Educação e Saúde (transformação da taxa fixa em proporcional)	0,8
No Senado:	
a) Impôsto de renda:	
Ações ao portador, pessoas jurídicas, reavaliações de ativos, lucros extraordinários, etc	8,0
PROJETOS PARA PRORROGAR DISPOSITIVOS	
Atuais:	
Na Câmara (impôsto de renda, adicionais para o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico)	4,5
Total	28,3

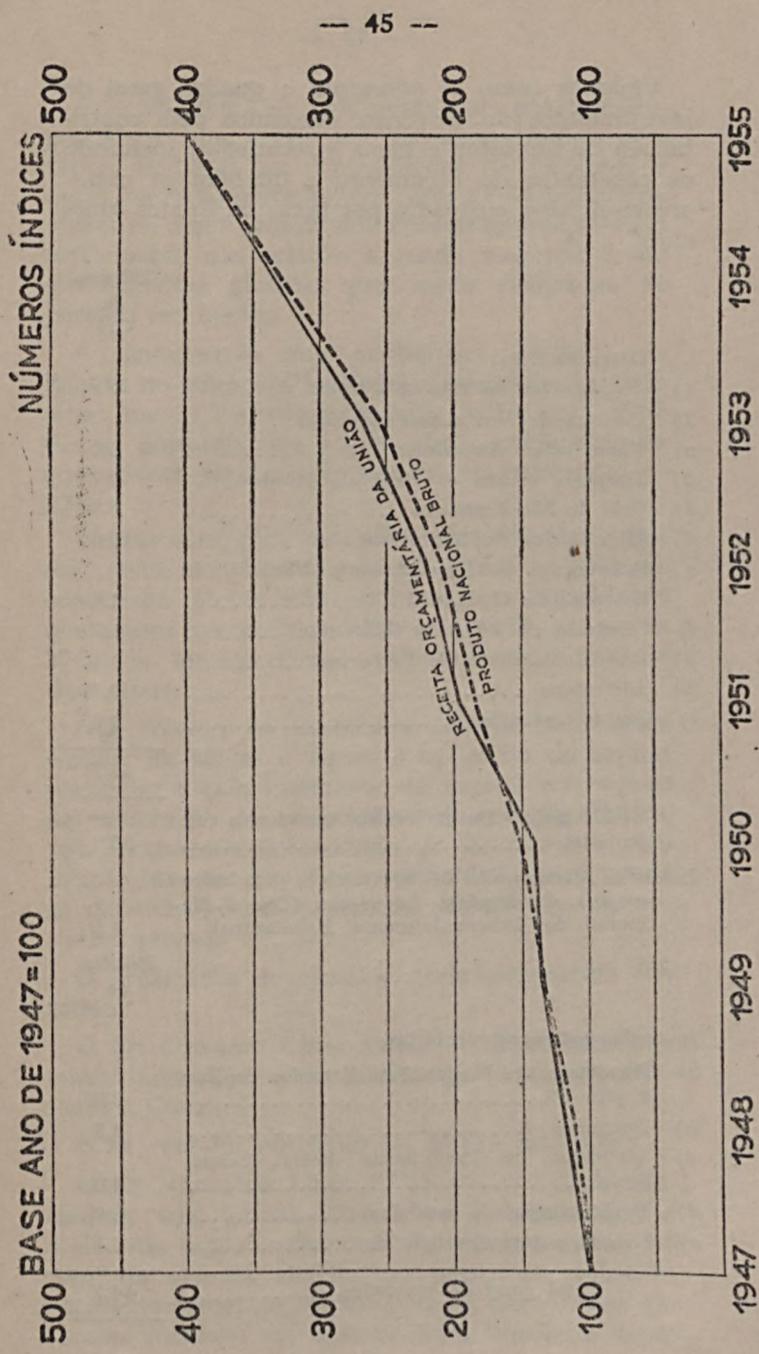
Não contando com a parcela referente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico que também será computada na Despesa, temos um aumento de Receita para cobrir o *deficit* de 23,9 bilhões o que proporcionará o equilíbrio orçamentário. Restaria indagar se êsses aumentos de tributação viriam, sob o ponto de vista econômico, ultrapassar a nossa capacidade tributária. Procuramos comparar, conforme gráfico anexo, a evolução no decênio da tributação geral da União com o produto nacional bruto e verificamos que os índices se mantiveram no mesmo nível com a coincidência exata no fim do período. Isto significa que não foi agravada a incidência em relação

à produção, o que deveria se dar naturalmente com o enriquecimento do país. Há ainda a considerar o alto índice que anualmente atinge a participação do Estado na vida econômica nacional.

Inversões Públicas

Na justa apreciação da repercussão dos *deficits* orçamentários na economia nacional é necessário ter-se em vista que pelo senso aplicativo das despesas orçamentárias é que se poderá aferir da gravidade e duração dos desequilíbrios.

Para bem avaliarmos a importância do *deficit* orçamentário necessitamos verificar nas despesas gerais os quantitativos relativos ao orçamento de custeio das atribuições normais do Estado e ao orçamento de capital que corresponde aos investimentos diretos da União, aos auxílios e às inversões financeiras, contribuição governamental para o processo de formação nacional de capitais.



Vejamos como se apresenta o quadro geral de investimentos do Governo, custeados pela contribuição de impostos e taxas arrecadadas, incluindo os constantes do orçamento e também os extra-orçamentários, custeados por taxas ou fundos especiais.

	Bilhões de Cr\$
Orçamentárias:	
1) Consignados na rubrica despesa de Capital	16,7
2) Consignados em outras rubricas:	
a) Valorização Amazônica, etc.	1,9
b) Despesas contra as sêcas do Nordeste ..	0,7
c) Vale do São Francisco	0,7
d) Hidrelétrica do São Francisco	0,3
e) Subvenções ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	1,6
f) Comissão de Marinha Mercante	1,0
g) Reparcelhamento de Ferrovias	1,1
h) Eletrobrás	0,7
i) Outras inversões	1,0
	25,7
Total global de inversões constantes na proposta	25,7
Inversões decorrentes de prorrogação dos adicionais do impôsto de renda (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) .	4,5
	Bilhões de Cr\$
Inversões extra-orçamentárias:	
a) Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	3,0
b) Petrobrás	1,5
c) Institutos de Previdência Social, Senac, Senai	4,0
d) Pavimentação de estradas	2,0
e) Demais autarquias federais	4,0
Total geral de inversões	44,7

A soma total de investimentos programados pela União quer orçamentários quer extra-orçamentários mediante as contribuições de impostos e taxas montam, portanto, em cêrca de 45 bilhões de cruzeiros, o que sem dúvida apresenta uma elevada participação em relação à renda nacional e aos investimentos globais, que serão realizados no período em aprêço.

A manutenção das atribuições normais do Estado montam a 72 bilhões (despesas orçamentárias menos investimentos orçamentários). Verifica-se, portanto, que é bem alto o coeficiente da arrecadação geral empregado em investimentos — 37%.

Nestas condições, os *deficits* orçamentários que em média no decênio não atingiram a 10% do orçamento global não podem ter a significação que alguns querem dar sôbre a inflação, porque os 37% de investimentos equilibram perfeitamente essa diferença.

Não fôssem os obstáculos criados pelo nosso Código de Minas e Águas à aplicação do capital particular e principalmente do capital estrangeiro na exploração da mineração e da energia elétrica, não teríamos a necessidade de diretamente pelo Estado inverter quantias consideráveis para suprir as deficiências resultantes do desinterêsse da iniciativa privada.

O orçamento de custeio ficaria largamente folgado.

O Sr. *Oswaldo Lima Filho* — Expressando a minha admiração pelo estudo que V. Ex.^a apresenta à Casa...

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Muito obrigado.

O Sr. *Oswaldo Lima Filho* — ... devo contraditar sua última afirmação. Sabemos que a maior das organizações estrangeiras que atuam no setor da energia elétrica no país tem recorrido, constantemente, ao Poder público para obter garantias, inclusive na base do ouro brasileiro depo-

sitado no exterior, para a obtenção de empréstimos. Enfim, o Tesouro é que tem sido o fiador da maior destas organizações particulares, no caso, a Light.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Posso responder a V. Ex.^a com segurança pois fui o relator, no Congresso, do empréstimo de 90 milhões de dólares à Light. Por que é necessária esta garantia do Tesouro brasileiro? Justamente porque a legislação nacional do Código de Minas e de Águas não dá qualquer garantia à exploração desses serviços públicos, e não há nenhuma autoridade financeira estrangeira que deseje financiar tais empreendimentos sem garantia do Tesouro.

O Sr. *Oswaldo Lima Filho* — Aliás, a legislação americana não difere da nossa: é também extremamente cautelosa na defesa do interesse público.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Há grande diferença entre defesa do interesse público e interpretação do que seja interesse público. Mas não vamos entrar na questão nacionalista, que demanda longas discussões, e não me permitiria voltar ao assunto principal.

O Sr. *Oswaldo Lima Filho* — Vossa Excelência fala nas aplicações de capitais da União, de caráter reprodutivo. Indago do ilustre Presidente da Comissão de Inquérito: São essas aplicações aquelas constantes das autorizações orçamentárias ou são efetivamente executadas? Porque há os planos de economia...

O SR. ISRAEL PINHEIRO — O Plano de Economia é feito, geralmente, apenas nas dotações orçamentárias, que representam muito pouco.

O Sr. *Oswaldo Lima Filho* — Não, Sr. Deputado. Há o caso, por exemplo, do Nordeste — peço permissão a V. Ex.^a para salientar — cuja verba de Cr\$ 1,4 bilhão não tem sido aplicada.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Mas será em parte ainda aplicada no segundo semestre.

No Plano de Economia que havia sido feito no Governo anterior, num total de 7 bilhões, três bilhões foram liberados. Para êste ano, embora as economias orçamentárias atinjam cêrca de sete bilhões de cruzeiros, o seu montante em relação aos investimentos globais representa reduzida percentagem.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Vou dirigir um aparte, mas ao representante do Partido Social Democrático, sem dúvida a pessoa mais autorizada para falar em nome do Sr. Presidente da República em matéria de finanças nesta Casa, por vários e óbvios motivos. O nobre representante de Minas Gerais, Sr. Deputado Último de Carvalho, havia afirmado que o Presidente⁴ Juscelino Kubitschek não se ateriam a êsses planos de economia e faria um geral, que seria remetido ao Congresso. Vê-se, todavia, que a afirmação do nobre representante de Minas Gerais não foi, até agora, cumprida naquilo que expressava de esperança do Congresso no que respeita ao Orçamento.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Já formalmente comuniquei à Câmara, em nome do Sr. Presidente da República, quais os cortes que se iam fazer no Plano de Economia: 50% nas estradas de rodagem. No momento não me recordo dos outros, mas constam dos Anais.

Volto à ação fazendária.

ACÇÃO FAZENDÁRIA

Outra razão de capital importância que tem sido uma das principais causas da nossa desorganização financeira, provocando dificuldades sérias na elaboração orçamentária, decorre da omissão do Ministério da Fazenda, principalmente em períodos inflacionários, no estudo permanente das modificações e atualizações a serem feitas em nossa legislação tributária e dos aumentos que deveriam acompanhar as mutações da economia nacional, principalmente no que diz respeito a uma tributa-

ção seletiva. A tributação é considerada hoje como instrumento necessário e indispensável na orientação dos investimentos dentro de uma escala de prioridade.

Esse estudo permanente da nossa legislação tributária conjugado com uma ação também permanente e direta do Ministério na melhoria do sistema de arrecadação e fiscalização dos impostos, permitiria um desenvolvimento ordenado nas finanças e evitaria o que aconteceu recentemente. Só depois do impacto do aumento de vencimentos é que se cogitou de verificar, sem tempo para um estudo sério do assunto, onde iríamos procurar os recursos necessários para cobrir o *deficit*.

Quando se discute a criação do Ministério da Economia, não faltam os que apregoam que pouco terá que fazer o Ministério da Fazenda, sem a parte Econômica. Quando na verdade os maiores beneficiários dessa separação seriam as finanças nacionais porque atualmente não dispõe o Ministro de tempo necessário para atender as duas finalidades, sendo o mais prejudicado o setor fazendário, que é relegado pelas pressões dos interesses econômicos. Assim examinadas as origens e razões que determinaram nos últimos anos os *deficits* orçamentários e as possibilidades de superá-los com providências perfeitamente exequíveis, não vemos como poderá ser considerada calamitosa a nossa situação financeira. E' necessária apenas uma compreensão realística da situação especialíssima do Brasil, organizar e executar com decisão o programa adotado.

Leitura

O Sr. Antônio Carlos — Quando V. Ex.^a se refere ao defeito do Ministério da Fazenda de não prever as despesas e, depois de votadas, vir procurar os meios de obtenção dos recursos necessários a cobri-los, desejava lembrar que defeito igual ou maior é o de não executar as leis, quanto aos

pagamentos das dotações relativas ao desenvolvimento da produção. Como sabe V. Ex.^a, existe lei que regula a aplicação dos recursos para o desenvolvimento da produção, a de número 1.489, votada por esta Casa. O Ministério da Fazenda, no entanto, sem incluir as dotações no Plano de Economia, no meio do ano, apenas pagou um duodécimo dessas dotações. Assim como procura recursos para cobrir as despesas votadas nesta Casa, também deve pagar pontualmente, de acôrdo com a lei, as despesas correspondentes ao desenvolvimento da produção. Acontece o que estamos vendo: um verdadeiro caos na administração pública, nesse setor.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência.

Dispensarei a leitura por estar terminado o prazo da balança comercial.

Sôbre o aparte dado, eu chamaria apenas a atenção para o último item que, tive já oportunidade de dizer, se refere a gêneros alimentícios.

BALANÇA COMERCIAL

Panorama Geral

De acôrdo com a exposição discriminada dos dados referentes à nossa balança comercial verificamos em linhas gerais a seguinte situação:

A exportação, em 1955, foi de 1,4 bilhão de dólares, inferior aos três anos anteriores e com uma diferença sôbre 54 de 150 milhões de dólares.

A importação foi, em 1955, também inferior com uma diferença de 333 milhões de dólares em relação a 54.

Em cruzeiros, considerados os ágios e bonificações, assim se apresentou:

Exportação — 54,5 bilhões de cruzeiros.

Importação — 60,2 bilhões de cruzeiros.

Os ágios recolhidos até 31/12/55 montam a 74,3 bilhões de cruzeiros.

As bonificações pagas montam a 57,8 bilhões.

Descontando a importância de 5,2 correspondente à diferença de câmbio (atrasados comerciais), teremos um saldo escriturado de 11,2 bilhões de cruzeiros.

Foi assustadoramente crescente a média ponderada dos ágios que passou de Cr\$ 32,11 em abril de 1954, para Cr\$ 126,18, em abril de 1956 — (Aumento de cerca de 300%).

Na importação o café aumentou de 2,8 milhões de sacas em relação a 54 produzindo 30.267 milhões de cruzeiros e representando 55,7% do total da exportação.

Na importação, como temos seguidamente alertado esta Câmara das restrições drásticas impostas, ainda continuou a crescer a importação de gêneros alimentícios:

De 930.000 toneladas, em 48, representando 2.754 milhões de cruzeiros passou a 2.042 milhões de toneladas, em 55, valendo 8.505 milhões.

De 54 para 55, o aumento foi de 200.000 toneladas, representando 1.121 milhões de cruzeiros.

A importação de combustíveis montou a 245 milhões de dólares.

A importação de gêneros alimentícios ascendeu a 247 milhões, superando os combustíveis de 2 milhões de dólares. O total dessas duas importações favoráveis ao desenvolvimento da produção nacional, representa 40% da importação total do país.

Aí bem se define, além das outras razões já expostas, a prioridade para o desenvolvimento desses dois setores da produção nacional.

O petróleo já tem o seu problema equacionado.

c) EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS

I T E M	QUANTIDADE (1.000 Toneladas)				VALOR (Milhões de dólares)			
	1948	1953	1954	1955	1948	1953	1954	1955
Gêneros e bebidas.....	2.320	1.599	1.319	2.035	702	1.237	1.152	1.056

b) EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM CAFÉ

I T E M	QUANTIDADE (1.000 Toneladas)				VALOR (Milhões de dólares)			
	1948	1953	1954	1955	1948	1953	1954	1955
Gêneros e bebidas.....	1.270	665	664	1.213	214	149	204	212

1948	Agúcar	261.000	Toneladas
	Arroz	213.000	€
	Canas	44.000	€
	Bananas	163.000	€
	Milho	111.000	€
	Laranja	100.000	€
Mate	47.000	€	

1955	Agúcar	573.000	Toneladas
	Arroz	2.000	€
	Bananas	211.000	€
	Laranja	46.000	€
	Mate	52.000	€

IMPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS
1954/1955

MERCADORIAS	1954		1955	
	Toneladas	1.000 Dólares	Toneladas	1.000 Dólares
Áveia.....	10.203	1.390	9.585	1.508
Bacalhau.....	38.020	21.090	37.327	21.802
Farinha de trigo.....	170.475	28.992	121.797	19.551
Leite em pó.....	2.130	2.107	4.346	2.982
Malte.....	48.761	9.679	54.903	10.961
Trigo em grão.....	1.409.355	125.814	1.685.691	142.131
Bebidas.....	4.434	2.833	2.281	1.434
Frutas.....	66.154	22.909	79.742	28.278
Outros gêneros.....	107.051	33.006	46.425	18.821
TOTAL.....	1.856.589	247.820	2.042.097	247.468

Fonte: Serviço de Estatística do Ministério da Fazenda.

Agio Médio do Dólar Americano

CATEGORIAS	1954 ABRIL Cr\$	1955 ABRIL Cr\$	1956 ABRIL Cr\$
Primeira.....	21,44	55,54	91,53
Segunda.....	26,02	87,84	129,13
Terceira.....	51,08	181,17	188,19
Quarta.....	84,21	175,17	250,54
Quinta.....	115,92	308,09	295,48
Média ponderada.....	32,11	86,64	126,18

Fonte: Bôlsa Sindical do Rio de Janeiro.

Devemos atacar decididamente o desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios.

Varição da Balança Comercial

Conforme os quadros anexos, a balança comercial do país vem acusando resultados ora positivos ora negativos. Partindo de 1951, ano em que a situação cambial do país começou a se agravar, observa-se que nos anos de 1953 e 1955 foram obtidos saldos positivos no comércio exterior, respectivamente, de 220 a 116 milhões de dólares. Nos anos

de 1951, 1952 e 1954 tivemos *deficit* de 206, 556 e 72 milhões de dólares, respectivamente.

Reajustadas as cifras do comércio exterior na base da taxa oficial de câmbio, para efeito de comparação, observa-se que as exportações continuaram a decrescer atingindo 26,1 bilhões de cruzeiros, contra 28,7 bilhões em 1954 e 32,5 bilhões em 1951. Assim, foi possível a obtenção no ano passado do *superavit* de 1,5 bilhão de cruzeiros, à custa de imensos sacrifícios para o país.

Confrontando o valor da importação ao câmbio oficial e com os ágios temos o seguinte:

IMPORTAÇÃO (BILHÕES DE CRUZEIROS)

DISCRIMINAÇÃO	1953	1954	1955
Câmbio oficial.....	24,8	30,7	24,6
Com ágios.....	25,2	52,2	60,2
Sobretaxa.....	0,4	21,5	35,6
Aumento percentual.....	+ 1,6%	+ 70,0%	+ 144,7%

Quanto à exportação ao câmbio oficial e subsidiada observam-se as variações a seguir, em bilhões de cruzeiros:

DISCRIMINAÇÃO	1953	1954	1955
Câmbio oficial.....	23,3	28,3	26,1
Com bonificações.....	32,0	43,0	54,5
Subsídios.....	3,7	14,3	28,4
Porcentagem.....	+ 13,1%	+ 49,8%	+ 103,8%

Saldo dos Ágios

Do exposto, conclui-se que as transações comerciais realizadas, entre ágios e bonificações, proporcionaram ao Tesouro Nacional, nos três últimos anos, 11 bilhões de cruzeiros, conforme os dados abaixo. Entretanto, se considerássemos o montante das licitações de cambiais para importação, cuja entrada no país ainda não se dera em fim de 1955,

o valor dos ágios ter-se-ia elevado a cêrca de 74 bilhões de cruzeiros, bem como, as bonificações pagas aos exportadores teriam atingido a 57,9 bilhões.

Mesmo assim, o saldo final escriturado se aproximou da nossa cifra, pois segundo o Relatório do Banco do Brasil (pág. 88 de 1955) "O saldo da Conta "Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional" em 31/12/55 era de ... Cr\$ 11.265.510.893,10. Deduzido o valor de Cr\$ 1.486.069.938,50, relativo a bonificações devidas sôbre as compras de câmbios contratados até aquela data e que serão pagas aos exportadores à medida que sejam liquidados os respectivos contratos de câmbio, o referido saldo se expressará em Cr\$ 9.779.440.954,60".

Amplitude do Comércio Exterior

Enquanto a soma das transações do comércio exterior em 1952 alcançava 63,2 bilhões de cruzeiros, aos novos preços de câmbio o nosso comércio internacional exigiu, em 1955, 114,7 bilhões, ou seja, quase que o dôbro de recursos monetários, em apenas três anos.

Intercâmbio Comercial

Do intercâmbio comercial de 1955, 90% resultaram de transações com 21 países, com os quais obteve o Brasil saldo positivo em 12. Dêsses resultados positivos, cêrca da metade representou uma inversão dos registrados em 1954. Entre os 9 países restantes, com os quais o nosso comércio exterior acusou "deficit", observou-se que os resultados com as Antilhas Holandesas, Argentina, Noruega e com a Venezuela, foram também negativos em 1954.

Cr\$ 1.000,00 — Com base na taxa oficial de câmbio

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1946.....	18.230	13.026	+ 5.201
1947.....	21.179	22.789	— 1.610
1948.....	21.697	20.985	+ 712
1949.....	20.153	20.648	— 495
1950.....	24.913	20.313	+ 4.600
1951.....	32.514	37.198	— 4.684
1952.....	26.065	37.179	— 11.114
1953.....	28.262*	24.817**	+ 3.445
1954.....	28.675	30.743**	— 2.068
1955.....	26.131*	24.595**	+ 1.536

* Exclusive bonificações.

** Exclusive ágios.

Com ágios e bonificações Cr\$ 1.000.000

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1953.....	32.047	25.152	+ 6.895
1954.....	42.967	52.238	— 9.271
1955.....	54.521	60.226	— 5.705

Café, Algodão, Cacau

A crise do mercado cafeeiro ainda se fêz refletir sôbre a exportação do nosso principal produto exportável. Em números absolutos a exportação desse produto atingiu, em 1955, 13,7 milhões de sacas, o que superou a exportação verificada em 1954, em 2,8 milhões de sacas. Contudo, o volume da exportação no ano passado ficou distanciado daqueles atingidos nos anos de 1948 e 1949, respectivamente, totalizando 17,5 e 19,4 milhões de sacas.

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

ANOS	EM SACOS DE	VALOR	% DO VALOR DA
	60 QUILOS	MILHÕES DE Cr\$	EXPORTAÇÃO TOTAL
1948.....	17.492.000	9.019	41,6
1949.....	19.369.000	11.611	57,6
1950.....	14.835.000	15.908	63,9
1951.....	16.358.000	19.448	59,8
1952.....	15.821.000	19.213	73,7
1953.....	15.562.000	21.696 *	55,7
1954.....	10.918.000	24.813**	57,7
1955.....	13.700.000	30.367***	55,7

* Inclusive 1.426 milhões de cruzeiros em bonificações.

** Inclusive 7.406 milhões de cruzeiros em bonificações.

*** Inclusive 14.872 milhões de cruzeiros em bonificações.

Contrariamente ao café, outro importante produto agrícola exportável — o algodão — acusou, em 1955, acentuada queda, tanto em valor como em quantidade. Sua exportação atingiu 175,7 mil toneladas, contra 309,5 mil no ano anterior que, como se sabe, foi incrementada pelos estoques então existentes em mãos do Governo Federal. Seu valor totalizou 131 milhões de dólares, contra 223 milhões em 1954. Quanto ao cacau, embora o volume físico da sua exportação, em 1955, superasse o relativo ao ano anterior (121,9 mil toneladas contra 121,0 mil), o valor, entretanto, em razão da queda do preço do produto no mercado internacional de 57,7 cents por libra em 1954 para 37,4 em 1955, atingiu 91 milhões de dólares, contra 135 milhões em 1954.

Para dar uma idéia do valor dos três produtos acima observados basta dizer que, em 1955, representaram 75% da exportação nacional em dólares.

Quanto aos demais produtos, houve melhoria da exportação de madeira, minérios, carnaúba, açúcar, sisal, laranja, manganês e manteiga de cacau e

redução de mamona, mate, banana, lã em bruto, e xilita, entre os principais.

Gêneros Alimentícios

No setor da importação volto a chamar a atenção da Câmara para o vulto da importação de gêneros alimentícios. Em 1948 importávamos 932 mil toneladas. Passamos, em 52, a 1.482 mil toneladas, em 54, a 1.847 mil e finalmente, no ano passado a 2.042 mil, consumindo o total de 247 milhões de dólares .

A nossa maior preocupação tem sido o valor da importação dos combustíveis, relegando para segundo plano a expressão financeira da importação de gêneros alimentícios. Todavia, em 1955, como em 1954, o valor em dólares da importação de combustíveis ficou aquém do correspondente aos gêneros alimentícios de, respectivamente, 9 e 2 milhões de dólares.

Combustíveis e alimentos somam na pauta da importação cerca de 500 milhões de dólares, ou quase 40% do valor da importação do país.

O Sr. Corrêa da Costa — Refere-se V. Ex.^a ao trigo e ao bacalhau?

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Naturalmente. E a outros produtos alimentícios.

O Sr. Aurélio Vianna — Eu tinha a impressão que, em 1955, importamos menos. . .

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Não.

O Sr. Aurélio Vianna — . . . com relação a 1954, cerca de US\$ 300.000.000 e exportamos, em 1955, menos café, algodão e cacau.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Nos gêneros alimentícios não entram café e cacau.

O Sr. Aurélio Vianna — Não é o caso. Estou me transportando para o aspecto geral da nossa balança comercial. Deixemos o assunto, porém, para outra oportunidade.

O SR. ISRAEL PINHEIRO —

Trigo

Entre os gêneros alimentícios, o que mais pesa na importação é o trigo. O Brasil despendeu, em 1955, na compra desse cereal, 3,7 bilhões de cruzeiros. Além disso, ainda importamos 20 milhões de dólares de farinha de trigo. Esses dois produtos exigiram, no ano passado, o dispêndio de cerca de 4,5 bilhões de cruzeiros. A produção nacional de trigo disponível para a comercialização atingiu cerca de 500 mil toneladas, todavia as previsões do consumo interno de trigo em grão são, para este ano, da ordem de 2,5 milhões de toneladas. Assim, teremos que importar, no ano em curso, dois milhões de toneladas desse cereal a fim de atender o consumo — cerca de 170 milhões de dólares.

O outro produto alimentar para o qual chamei a atenção no nosso relatório passado, que bem caracteriza a desorientação da nossa política econômica, é o bacalhau. De 18.000 toneladas, em 48, passamos a 33.000 toneladas no valor de 22 milhões de dólares, ou seja, 2 bilhões de cruzeiros ao câmbio da 2.^a categoria, com um aumento de 1 milhão de dólares sobre 54.

Compromissos Cambiais

O confronto entre os valores alcançados pelos ágios em abril último e abril do ano passado põe ainda mais em evidência o que afirmamos. Enquanto, em 1955, as disponibilidades cambiais caíam de 32% em relação às do ano anterior os ágios aumentavam de 58%, afetando o custo dos bens mais essenciais à vida da economia nacional.

Além dos fatores adversos que concorreram para a menor receita cambial no ano passado, os compromissos monetários assumidos pelo Governo com instituições financeiras internacionais absorveram largos recursos. O saldo desses compromissos atingiam, em fins do ano passado, 1,1 bilhão de dólares.

Para o ano em curso o total de amortizações e juros a pagar desses compromissos se desdobra no seguinte:

	Milhões de dólares
Para desenvolvimento econômico:	
Banco Internacional do Fomento Econômico	3,9
Eximbank	29,8
Outros financiamentos	54,1
Total para desenvolvimento econômico ..	87,7
Para outros fins:	
Eximbank	52,2
Bancos particulares	5,5
Dívida externa consolidada	24,8
Total para outros fins	82,5
Total Geral	170,2

Sabendo-se que o Brasil terá ainda que amortizar, até 1960, um bilhão de dólares resultante desses compromissos é de se admitir que a posição cambial do país apresenta perspectiva pouco satisfatória.

Torna-se indispensável e premente negociar um empréstimo externo a longo prazo para consolidar essas dívidas a curto prazo e permitir uma disponibilidade para importação dos equipamentos necessários ao nosso desenvolvimento econômico.

Política Cambial

Todos o reconhecem e nós já tivemos oportunidade de salientá-lo no relatório passado de que necessária se torna uma reforma no atual sistema cambial. Com maior ou menor profundidade divergem as opiniões. Somos sempre partidários de evitar transformações bruscas nos setores econômicos.

De qualquer forma, na conjuntura atual de ajustamento e quando já se acha no Congresso o pro-

jeto de modificação radical do sistema tarifário, seria de toda prudência aguardar a aplicação das novas tarifas e verificar sua repercussão sobre a estrutura cambial a fim de tomar uma resolução definitiva. Aliás a própria reforma tarifária já é um início da reforma cambial.

Lei Disciplinadora do Orçamento

Conforme temos referido em nossos relatórios anteriores é indispensável a elaboração de uma lei disciplinadora do Orçamento abrangendo todas as fases do processo, desde a confecção da proposta até sua aprovação no Congresso e a própria execução e fiscalização.

A Comissão de Orçamento valeu-se da cooperação da Fundação Getúlio Vargas, que, reunindo técnicos de diversos setores da administração pública, apresentou esboço de anteprojeto de lei a ser estudado pela Comissão de Orçamento e encaminhado à deliberação do plenário.

Aproveitamos a oportunidade neste relatório para apresentar o trabalho em apêço.

O Sr. *Aurélio Vianna* — Permite V. Ex.^a agora responder?

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Pois não.

O Sr. *Aurélio Vianna* — Pelo relatório do Banco do Brasil, de 1955, lemos: “Café exportado em 1954, 665.000 toneladas. Valor: 948 milhões de dólares. Em 1955, 822.000, toneladas para 844 milhões de dólares; menos dólares. Algodão, 309.000 toneladas em 1954 para 176.000 em 1955. Cacau, 121, em 1954, para 122, em 1955”. Menos dólares. Em 1955, para café, menos dólares; para cacau, menos dólares; para algodão, menos dólares. E’ o relatório do Banco do Brasil.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Em meu relatório, nobre Deputado, estão todos os dados. V. Ex.^a poderá consultá-los.

O Sr. Placido Rocha — Do que depreendi do seu discurso, V. Ex.^a traz à Nação a alvissareira notícia de que o Govêrno tem meios para fazer face ao *deficit orçamentário*. Em resposta ao aparte do nobre Deputado Colombo de Souza, V. Ex.^a declarou que o Govêrno não dispõe de tais meios; dependem êles do Congresso, que está em condições de fornecê-los.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Perfeito.

O Sr. Placido Rocha — O Brasil recebe com satisfação essa notícia de V. Ex.^a Os brasileiros, lá do interior, porém, estão passando fome. E o Govêrno pouco se tem incomodado em matéria de distribuição de crédito àquelas populações. Faço um apêlo a V. Ex.^a, que é porta-voz do Govêrno nesta Casa, no sentido de que o Banco do Brasil amplie, na medida das suas fôrças, o mais possível, o crédito para o interior, como único meio de salvar a Nação.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Já foi dada ordem neste sentido, que será completada com a criação do futuro Banco Rural.

O Sr. Placido Rocha — E' o que espero. Se, dentro de trinta dias, não fôr estabelecida tal medida, irei à tribuna cobrar de V. Ex.^a essa promessa solene.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Muito obrigado a V. Ex.^a — A longa meditação e a minuciosa pesquisa a que êsse trabalho nos obrigou não nos conduziram, no entanto, a uma conclusão pessimista e desalentadora. As nossas possibilidades são imensas, inúmeros os nossos recursos e já provamos por várias vêzes que não nos falta capacidade para enfrentar os momentos difíceis. A crise pode ser perfeitamente superada. Parece que o destino, mais uma vez, nos põe à beira daquele abismo de que fala o velho chavão republicano, para que com espírito objetivo tomemos conhecimento da realidade e despertemos da atmosfera de sonho em que vivemos, convencidos apenas de que habitamos

um palácio esplêndido, mas mergulhados no domínio da indiferença, do deslumbramento e da fantasia. Tiremos da crise a lição que nos oferece o contraste entre a ameaça do abismo e a grandeza futura do Brasil.

Não são tanto as dificuldades de ordem material que atrasam o desenvolvimento nacional. São, antes, de ordem espiritual, de formação e educação. Ninguém negará que dispomos, individualmente, de grandes capacidades, mas a verdade é que agimos primariamente quando se trata de colaborar no terreno comum em que apenas importa o interesse da coletividade. Aproveitemos a crise para nos convencer de que se impõe neste momento uma reforma de mentalidade, no sentido de tornar possíveis e efetivas a cooperação, a transigência, a tolerância e o desprendimento em face dos superiores interesses nacionais. Façamos do grande teste que é a crise uma oportunidade de aprimoramento de nosso espírito público, para que as gerações vindouras não possam julgar-nos como crianças que tiveram uma grande casa e não souberam promover a sua prosperidade. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957